

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

José Cruz/Agência Brasil



Messias sabe que o problema não é exatamente ele

O calvário de Messias

O advogado-geral da União, Jorge Messias, sabe que o problema não é ele. Desde que passou a exercer o cargo, não foram raras as vezes em que ele foi acionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mediar questões políticas com a bancada evangélica, por conta da sua inclinação religiosa (Messias é da Igreja Batista Cristã de Brasília). Na sua grande

maioria, a bancada evangélica é formada por parlamentares conservadores, que fazem oposição a Lula. Ou seja, Messias tem bom trânsito junto a essa bancada. Mas, apesar das boas relações, a oposição sentiu o cheiro de sangue na floresta. Provavelmente rejeitaria a indicação do advogado-geral da União para o Supremo Tribunal Federal (STF) se sua sabatina fosse mantida.

Sem razões

E isso se daria não porque a oposição tem alguma crítica específica sobre Messias ou sobre seu comportamento no governo. Nesse ponto, muito piores seriam as avaliações que a oposição teria de Flávio Dino ou Cristiano Zanin, por suas atuações pretéritas.

Oportunidade

A situação tornou-se uma rara oportunidade de imprimir ao governo uma das suas maiores derrotas. Já se passaram mais de cem anos da última vez que o Senado rejeitou uma indicação para o STF. Em 1894, Floriano Peixoto viu os senadores rejeitarem cinco indicações.

Lula Marques/Agência Brasil



Lula terá que desfazer o bico de Alcolumbre

Lula igualado a Floriano Peixoto, que perdeu cinco

Mas a situação política era muito diferente. Floriano Peixoto governou praticamente todo o tempo em Estado de Sítio. E, em pelo menos uma das indicações, era claro que o indicado não preenchia os requisitos necessários. Cândido Barata Ribeiro, um dos rejeitados, era médico, e não jurista. Não tinha, portanto, o "notório

saber jurídico". Jorge Messias é da carreira da Advocacia-Geral da União e ex-procurador da Fazenda Nacional. Tem o "notório saber jurídico", tem mais de 35 anos de idade e, até prova em contrário, a tal "reputação ilibada". Preenche, assim, os requisitos técnicos da indicação, que deveria ser o que o Senado analisaria.

Relacionamento

Por trás de tudo, problemas políticos no relacionamento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) com o governo. Associados aos compromissos que Alcolumbre firmou com seu antecessor na presidência do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Conversa

Assim, o que Messias agora espera é que Lula seja capaz de reverter o quadro após uma boa conversa com Davi Alcolumbre. A essa altura, depende muito menos do advogado-geral da União angariar ou não mais senadores simpáticos a ele. Depende de Lula.

Corda esticada

A situação toda, porém, foi levando a uma situação de corda esticada ao máximo. Lula não teria como recuar agora da indicação de Messias. E certamente já não mais indicaria Pacheco. Ou seja, Alcolumbre derrotaria Lula. Mas acabaria também derrotado naquilo que deseja.

Estratégia

Messias pretende manter a sua estratégia de buscar os senadores. Ele já conversou com mais da metade deles. Mas precisa fazer isso com o máximo de cuidado. Não pode passar a impressão de que seus movimentos sejam uma afronta a Alcolumbre. Tudo muito delicado.



Em decisão solitária, Gilmar muda regras sobre impeachment do STF

Decisão de Gilmar que blinda STF gera reação

Davi Alcolumbre disse a aliados estar revoltado com liminar

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), manifestou a aliados estar revoltado com a decisão liminar (provisória) do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspende trechos da Lei do Impeachment que tratam do afastamento de ministros da Corte.

Parlamentares da oposição afirmam que a iniciativa blinda os ministros e enfraquece o poder do Senado, enquanto aliados de Alcolumbre dizem que a decisão deve receber uma resposta do Legislativo.

PEC

Partidos como PL e Novo recolhem assinaturas para uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em reação à decisão – até o momento há 66 signatários dos 171 necessários para o protocolo.

A lei é de 1950, e Gilmar considerou incompatível com a Constituição um artigo que permite a qualquer cidadão apresentar denúncia para abertura de impeachment contra magistrados do Supremo. Ele decidiu que essa atribuição cabe apenas ao chefe da Procuradoria-Geral da República (PGR), função atualmente exercida por Paulo Gonet, e ainda elevou o quórum para aprovação do afastamento pelo Senado.

Atualmente, qualquer cidadão pode apresentar um pedido de impeachment dos ministros, e cabe ao presidente do Senado autorizar o início do processo.

A decisão de Gilmar Mendes será levada ao plenário do STF em sessão virtual agendada para começar no próximo dia 12 e se encerrar no dia 19.

Arguições

A liminar foi proferida a partir das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1259 e 1260, apresentadas pelo partido Solidariedade e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O Solidariedade, coman-

dado pelo deputado Paulinho da Força (SP), direcionou a Gilmar a ação. O parlamentar é um dos deputados mais próximos dos ministros do Supremo.

A ação foi apresentada em setembro, quando já corria na Câmara a informação de que Paulinho seria o relator do projeto de lei da anistia, em uma articulação para que a Casa aprovasse apenas uma redução de penas, não um perdão total, a condonados pela tentativa de golpe no governo Bolsonaro.

Parlamentares da oposição afirmam que a iniciativa blinda os ministros e enfraquece o poder do Senado, enquanto aliados de Alcolumbre dizem que a decisão deve receber uma resposta do Legislativo.

A medida de Gilmar, queixou-se Alcolumbre a aliados, esvazia suas prerrogativas. Ele

retirá-lo da prisão. Bolsonaro já declarou publicamente que sua meta na eleição de 2026 é eleger a maioria do Senado para pressionar o STF.

Procurado, Alcolumbre não respondeu. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também não quis fazer comentários.

Reação

Aliados do presidente do Senado afirmam que deve ocorrer uma reação mais dura ou uma tentativa de alterar a legislação para que a Casa retome a prerrogativa.

Lula Marques/Agência Brasil



Alcolumbre reclamou com Paulinho da Força

estava reunido com Paulinho no momento em que saiu a decisão.

Interlocutores do deputado dizem que o presidente do Senado o questionou sobre a ação e reclamou que a decisão enfraquece o Legislativo perante os outros Poderes. Paulinho respondeu que apresentou a ação há meses, antes dos embates de Alcolumbre com o governo.

Seu objetivo seria blindar os ministros contra a investigação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados, que buscam fomentar o impeachment de integrantes do Supremo para

Em entrevista à imprensa nesta quarta, deputados e senadores de oposição, sobretudo do PL e do Novo, anunciaram a iniciativa da PEC para estabelecer na Constituição que qualquer cidadão possa requerer o impeachment de ministros do Supremo no Senado.

"Novamente alguns ministros do Supremo tentam rebairar e usurpar a função do Poder Legislativo, sem qualquer justificativa constitucional", disse em nota o deputado Marcel van Hattem (RS), líder do Novo.

Um correligionário de Alcolumbre diz que a decisão

de Gilmar esvazia o poder da presidência do Senado e faz com que ele perca o poder de influenciar o Supremo, já que, agora, dependerá de uma iniciativa do PGR.

Para esse parlamentar, o ministro aproveitou a disputa entre Alcolumbre e o governo Lula (PT) em torno da escolha do novo ministro do STF para decidir sobre a alteração, já que ficaria mais difícil para o Senado brigar com os dois lados ao mesmo tempo.

Para o líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), a decisão de Gilmar "configura um fato institucional de elevada gravidade". "Cria-se um precedente que fragiliza o sistema de controle mútuo instituído pela Constituição", diz em nota.

Marinho afirmou ainda que Gilmar "evoa o absolutismo" do rei Luís 14 da França e que o Brasil não é uma monarquia. "A decisão tende a reduzir a sujeição da Corte a mecanismos de responsabilização, abrindo espaço para uma blindagem incompatível com o Estado de Direito e com a Constituição", completa.

Nos últimos anos, partidos têm discutido a possibilidade de formar em 2026 uma composição no Senado que permita o impeachment de ministros do STF. Os principais defensores são aliados de Bolsonaro.

Em outubro, a oposição no Congresso Nacional apresentou dois pedidos de impeachment contra ministros do STF, um atingindo Flávio Dino e outro Alexandre de Moraes.

Em nota, o Solidariedade celebrou a decisão. "Em um Estado de Direito, não se pode afastar um membro do Poder Judiciário por simples discordância em relação ao mérito de suas decisões. Por isso, celebramos a relevância deste julgamento histórico para a democracia."

Rapahel Di Cunto,

Caio Spechto e Carolina Linhares (Folhapress)